

Oposições baianas acusam magistrado de ajudar ACM

JORNAL DE BRASÍLIA

Aldon Silva 11 5/88

07 AGO 1990
Aparato policial
protege o juiz

A coligação PSDB-PMDB e o PT da Bahia entraram ontem no Tribunal Superior Eleitoral com representação contra o TRE baiano, que suspendeu a propaganda eleitoral gratuito desses partidos na televisão e no rádio, favorecendo a candidatura do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, do PFL, ao Governo do Estado. A representação pede o envio de um observador do TSE à Bahia.

O presidente da Comissão de Fiscalização e Propaganda do TRE, juiz Nivaldo Omena, proibiu logo no segundo dia dos programas eleitorais o aparecimento do personagem de novela Sassá Mutema, vivido pelo ator Lima Duarte no programa de coligação PSDB-PMDB, com ataques a Antônio Carlos, e proibiu também a apresentação pelo PT do quadro Bahia da Sucata, de teor semelhante.

Ao dar conhecimento da representação, no plenário do Congresso, o Senador Joaci Goes criticou, de modo especial, o presidente da Comissão de Fiscalização e Propaganda do TRE, juiz Nivaldo Omena, salientando que esse magistrado está censurando "todos os programas partidários que não sejam os do candidato que a Bahia está entendendo ser o candidato da preferência do TRE — o ex-ministro Antonio Carlos Magalhães".

— Com a omissão e conivência do TRE e as arbitrariedades que vêm sendo cometidas pelo juiz Nivaldo Wanderley Omena, tivemos a oportunidade de fazer a seguinte reflexão: não há força mais sublimada e poderosa do que a de um juiz



Ex-governador leva vantagem

quando coloca sua sentença e decisão a serviço da justiça. Igualmente, não conhecemos ação mais abjeta do que a de um juiz que coloca sua sentença a serviço de interesses inconfessáveis".

O deputado pedetista Jorge Hage também distribuiu nota à imprensa anunciando a disposição de recorrer ao TSE contra o TRE baiano. Segundo a nota de Hage, "nada pode ser dito sobre o sr. Antônio Carlos, que o TRE corta. Uma simples afirmação de que ele representa a "malvadeza — qualificativo popular que o povo baiano lhe deu — é retirada do ar".

Salvador — Cerca de 20 policiais do Grupamento de Operações Especiais da PM baiana, além de agentes da Polícia Federal, ostensivamente armados e usando coletes à prova de balas, vem escoltando há dois dias o juiz eleitoral Nivaldo Wanderley Omena nas suas idas à TV Aratu, emissora atualmente responsável pela retransmissão do horário de propaganda política do TRE na Bahia.

O aparato policial foi solicitado pelo tribunal para garantir a segurança do juiz, que se queixou da presença de parlamentares nas dependências da emissora no último sábado. Omena irritou-se com um comentário feito pelo candidato a senador Joaci Goes, do PSDB, sobre as censuras que ele, na condição de presidente da comissão de fiscalização da propaganda eleitoral, havia imposto horas antes a três programas de partidos distintos: PSDB/PMDB, o PT e o PDT.

— Com esse pronunciamento, Waldir acaba de garantir sua eleição — comentou na ocasião Joaci, justamente no momento em que o juiz acompanhava o programa do PDT, utilizado totalmente pelo ex-governador e candidato a deputado federal Waldir Pires, para protestar energicamente contra a censura pela comissão a sua fala anterior. Foi o suficiente para o juiz determinar a suspensão de toda a propaganda do dia e solicitar proteção policial ao TRE.